

O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil*

The stigma of living far away from the city:
rethinking the Brazilian “dormitory towns” consensus

Ricardo Ojima
Eduardo Marandola Jr.
Rafael Henrique Moraes Pereira
Robson Bonifácio da Silva

Resumo

No Brasil, o termo cidade-dormitório costuma ser utilizado com uma carga pejorativa para os municípios que apresentam baixo nível de desenvolvimento econômico e social, precárias condições de assentamento e de vida para sua população e nítida dependência econômica de um polo regional. O objetivo geral deste artigo é problematizar o termo cidade-dormitório e os contextos envolvidos em sua utilização, na tentativa de desmistificar o seu uso generalizado no país. Do ponto de vista teórico, realizou-se uma revisão da literatura internacional e nacional buscando compreender alguns pontos de convergência sobre o termo, bem como a discussão em torno da noção de estigmatização e estigma territorial. A partir de uma análise dos dados censitários e de alguns exemplos de pesquisa, buscou-se uma abordagem que permita repensar a dimensão de morar em uma “cidade-dormitório” e suas repercussões nas interações espaciais em áreas urbanizadas no Brasil.

Palavras-chave: segregação espacial; cidade-dormitório; mobilidade pendular; estigma; subúrbio; urbanização brasileira.

Abstract

In Brazil, the term “dormitory town” is often used pejoratively to refer to municipalities that present low social and economic development levels, poor settlement and life conditions for its population and clear economic dependency of a regional center. The main goal of this paper is to problematize the term dormitory town and the contexts related to its use in an attempt to demystify its generalized use in Brazil. In a theoretical view point, a national and international bibliographical review was performed seeking to comprehend some convergence points on the term as well as the discussion concerning the stigma and territorial stigma notion. Using the Brazilian census data and some research examples, we used a methodological approach that allow us to rethink the dimension of living in a dormitory town and its reflects on spatial interactions in Brazilian urbanized areas.

Keywords: *spatial segregation; dormitory town; commuting; stigma; suburb; Brazilian urbanization.*

Introdução

No Brasil, o termo cidade-dormitório costuma ser utilizado com uma carga pejorativa para os municípios que apresentam baixo nível de desenvolvimento econômico e social, precárias condições de assentamento e de vida para sua população e nítida dependência econômica de um polo regional. Os trabalhos acadêmicos no país de maneira geral mantiveram essa carga semântica do termo cidade-dormitório, embora não tenham desenvolvido um conteúdo conceitual mais claro do termo.

Assim, a noção de cidade-dormitório ficou associada aos processos de marginalização e periferização da pobreza nos contextos de expansão metropolitana nos estudos urbanos brasileiros, sobretudo após 1970. No entanto, diferentemente dessa conotação pejorativa que as cidades-dormitórios assumem em parte da literatura especializada no Brasil, as noções correspondentes a cidade-dormitório na bibliografia internacional são vistas de forma menos pessimista, sendo comumente associadas ao processo de suburbanização das classes médias.

A complexidade dos diferentes processos de produção do espaço justifica, em parte, a existência da grande diversidade de abordagens sobre tal modelo de urbanização que ora a elogia e ora a condena. Numa pequena amostra da bibliografia pesquisada é possível identificar que o perfil socioeconômico e de desenvolvimento urbano de uma cidade-dormitório varia entre os extremos das condições de desenvolvimento humano. Por um lado, descrevem-se assentamentos cujas populações possuem precárias condições de moradia com

exposição a diversos riscos ambientais, com péssimo acesso a infraestrutura e serviços públicos (como educação, saneamento e transporte público), com baixos níveis de renda e escolaridade e baixo acesso as oportunidades de trabalho.

Por outro lado, as cidades-dormitório podem assumir as feições de uma agradável cidade bucólica, onde vivem populações com boas condições socioeconômicas e que desfrutam de ótima infraestrutura urbana e fácil mobilidade (sobretudo, calcada em meios de transporte individuais).¹ Apesar dessas divergências, o elemento fundamental que define a ideia de uma "cidade-dormitório" nesses dois polos do fenômeno é o mesmo: áreas residenciais com elevada proporção de pessoas que realizam suas atividades cotidianas (trabalho, estudo ou lazer) em outra cidade, geralmente na sede metropolitana, originando os fluxos de deslocamento pendular.

A motivação deste estudo é colocar em questão o significado da noção de cidade-dormitório, procurando interpretá-la para além do contexto da periferização dos anos 1970, questionando o que significa uma "cidade-dormitório" no Brasil urbano de hoje. As motivações são pelo menos duas. Em primeiro lugar, cidade-dormitório, tal como aparece na literatura urbana nacional, não expressa a complexidade dos fenômenos associados à urbanização brasileira contemporânea, cujos movimentos de dispersão e de formação de aglomerações urbanas têm marcado tanto a forma urbana quanto os estilos de vida de sua população (associados às escolhas de local de moradia e de trabalho e ao crescimento e generalização da pendularidade observados nos últimos anos).

Em segundo lugar, o uso do termo cidade-dormitório, seja no cotidiano, nas políticas públicas ou pela própria academia, constituiu um estigma (Goffman, 1982; Wacquant, 2007) que atinge moradores e cidades que, mesmo que não possuam mais uma relação com aqueles processos urbanos típicos dos anos 1970 (como a periferização da população de baixa renda via especulação imobiliária) ou mesmo que apresentem características socioeconômicas diferentes daquelas consideradas em muitos estudos, permanecem cristalizados no imaginário e na política urbana. O estigma que uma cidade recebe é uma iniquidade social que marca o espaço e a paisagem da cidade, somando-se a outras formas de exclusão e segregação no espaço regional e dificultando a análise crítica dos processos socioespaciais contemporâneos.

Para isso, o segundo tópico do texto busca “decifrar” o termo “cidade-dormitório” na tentativa de compreender a heterogeneidade dos contextos envolvidos em sua utilização com ênfase na realidade brasileira, realizando o seu questionamento e buscando dados e evidências que expressam tal heterogeneidade. Para tanto, procuramos mostrar que as diferentes concepções do termo na bibliografia nacional e internacional respondem às diferentes formas históricas do desenvolvimento urbano nesses países (no caso do Brasil com seu modelo centro-periferia; e nos EUA com seu modelo de subúrbios de classe média).

Na terceira parte do texto são utilizados os dados do Censo Demográfico (IBGE) sobre os deslocamentos pendulares para se discutir a noção de cidade-dormitório.² Além de possibilitar alguma informação sobre os diferentes arranjos espaciais de rede urbana e diferentes dinâmicas populacionais, o dado de

deslocamentos pendulares possui certo potencial de informação sobre os estilos de vida da população e a forma de organização do tecido urbano. Em vista disso, procuramos embasar a discussão acerca das cidades-dormitório a partir de uma caracterização desses municípios a partir dos dados sobre o seu grau de pendularidade e de seu nível de desenvolvimento urbano pensado sob alguns aspectos socioeconômicos, reforçando a necessidade de repensar o consenso construído em torno desse fenômeno no país.

O quarto, por sua vez, recupera as discussões teóricas acerca do conceito de estigma (Goffman, 1982) e fazem algumas reflexões acerca da classificação de cidades-dormitório enquanto manifestação de estigma territorial (Wacquant, 2007). O quinto e último tópico do estudo busca analisar a categoria da cidade-dormitório presente na literatura brasileira dentro do contexto histórico de desenvolvimento urbano que se deu no país sobre forte influência de um modelo modernista de desenvolvimento industrial. Ainda são feitas algumas considerações sobre o estigma da cidade-dormitório enraizado em nosso imaginário urbano, começa a ser redesenhado, na medida em que um novo tipo de “cidade-dormitório” no Brasil, baseada nos condomínios fechados, se constituiu nos últimos 30 anos.

A cidade-dormitório na literatura

No Brasil, diversos são os fatores apontados como causa do surgimento das cidades-dormitório. Dentre eles, podem ser destacados

os processos de conurbação e metropolização marcados pela expansão urbana de áreas com baixo dinamismo econômico, elevado crescimento populacional e que, via de regra, são ocupadas por população de baixa renda residente em assentamentos precários (Villaça, 1998; Santos, 2005, Correa, 2006). Há uma associação quase que imediata do processo de metropolização ao surgimento das “cidades-dormitório” baseado no modelo dicotômico “centro-periferia”.

Num estudo publicado em 2007, Ojima et al. apontam que, embora pareça, essa relação entre cidades-dormitório e regiões metropolitanas não é tão simples e mecânica. Os autores identificaram que entre os municípios com mais de 20% de sua população ocupada realizando deslocamentos pendulares no ano de 1980, 51% pertenciam a Regiões Metropolitanas (RMs). Entretanto, em 2000, a participação dos municípios em RMs diminuiu para 40%. Ou seja, a maior parte desses municípios está localizada fora de RMs, o que aponta que a vinculação que se faz entre “cidades-dormitório” e metrópoles não é tão simples quanto parece.

Na urbanização e metropolização brasileira, esse processo foi reforçado pela especulação imobiliária que coordenou a incorporação do solo urbano, cuidando de levar conjuntos habitacionais destinados às classes sociais mais pobres para longe da cidade, garantindo a valorização de áreas intermediárias no cinturão periurbano (Cano, 1988). Esse processo, que se repetiu em outras localidades, contribuiu para a distância física dessa população, reificando no espaço a distância social.

Em áreas com maior densidade urbana, esse processo de segregação social ocorreu

primeiro em áreas de conurbação e depois em municípios muito próximos. À medida que alguns municípios aplicavam rígidas normas para controlar a expansão do uso do solo, outros permitiram e incentivaram a chegada de contingentes populacionais de outros municípios, em especial do polo regional. Em vista disso, a distância casa-trabalho a percorrer se tornou maior, mais custosa e penosa, o que exacerbou as imagens que se aplicam às áreas mais afastadas dos centros urbanos tradicionais.

É, portanto, na análise da produção social do espaço, da distribuição territorial do trabalho e na periferização baseada no mercado do solo urbano que a literatura dos anos 1970 e 1980 encontram as principais condicionantes para a localização dos grandes contingentes populacionais provenientes da área rural e dos grandes fluxos migratórios inter-regionais (Nordeste-Sudeste, por exemplo) nas periferias metropolitanas.

Na literatura internacional, por sua vez, o uso de termos similares como *dormitory-town* ou *satellite-city* não costumam ser usados dentro desse contexto. Ao contrário, costumam ser atribuídos às áreas ocupadas por população de média e alta renda representada pelos subúrbios norte-americanos. Entretanto, o elemento fundamental que define a ideia de uma “cidade-dormitório” é o mesmo: áreas residenciais com grande proporção de pessoas que realizam suas atividades cotidianas (trabalho, estudo ou lazer) em outro núcleo urbano, geralmente na própria metrópole.

Nos Estados Unidos, estudos como o de Schnore (1957) consideram o termo subúrbio como uma comunidade formalmente constituída, município ou não, sendo contígua e dependente de uma grande cidade. Esse autor

distingue os subúrbios das *satellite cities* ao analisar suas principais características. Ainda que ambas sejam partes constituintes da estrutura metropolitana, as *satellite cities* seriam compostas por: (a) cidades que oferecem emprego tanto para sua população residente quanto para uma pequena parcela de pessoas residentes em outros municípios, sendo caracterizadas como “subúrbios de produção” (Douglass, 1925 apud Schnore, 1957); e por (b) cidades que se restringem a fornecer apenas moradias para as pessoas que trabalham em outras cidades, daí os termos *dormitory town* e *bedroom city*, ou “cidades-dormitório”.

Já os subúrbios cidades-dormitório, para Schnore (1957), se localizariam nas áreas metropolitanas das grandes regiões, sendo frequentemente integradas às grandes cidades-polo que as subordinariam pela oferta de emprego. Tais cidades-polo são, portanto, receptáculos da força de trabalho da cidade-dormitório.

Numa comparação empírica na década de 1940 com as cidades que oferecem emprego, as *dormitory town* consideradas por Schnore (ibid.) teriam populações mais envelhecidas com *status* socioeconômico mais elevado que a média verificada nos subúrbios em geral. Esse autor detectou também elevadas taxas de crescimento populacional nas cidades-dormitório, que seriam explicadas pelas altas taxas de imigração de pessoas provavelmente atraídas por amenidades ambientais.

Em um estudo posterior, Schnore (1963) avança na diferenciação entre as *satellite cities* do estado de Nova Iorque através da análise de suas características sociais, econômicas e demográficas. Em comparação com as cidades que possuem alguma oferta mínima de

empregos, também consideradas como *satellite cities* por Schnore, as *dormitory town* apresentam maior proporção de pessoas brancas, população com maior escolaridade e a renda é consideravelmente maior.

Outros estudos, como o de Goldstein e Moses (1975), enfatizam a questão do transporte, especialmente o uso de automóvel particular e a localização da residência geralmente afastada do centro. Nesta análise, dois elementos merecem destaque: a elevação do custo do transporte e a redução do preço do aluguel à medida que se vai afastando do centro. Questão clássica considerada crucial na tomada de decisão de onde morar nas mais variadas vertentes de estudos urbanos (Gottdiener, 1993). Blumenfeld (1964) observa que a vinda das pessoas para a metrópole visa (a) minimizar os custos de se deslocar para o trabalho e, quando isto não acontece, (b) maximizar as oportunidades ao partir dos deslocamentos intrametropolitanos, já que elas podem se valer de uma ampla possibilidade de emprego presente na metrópole.

Ainda em Blumenfeld (1949), encontramos referências às cidades-dormitório como uma opção individual ou familiar que permite a essas pessoas residir em um espaço urbano ao mesmo tempo contínuo e afastado do grande centro urbano. Em larga medida, essa opção pode ser interpretada como uma estratégia social de localização no espaço da cidade onde estão em jogo espacial, em poucas palavras, a fuga de inúmeros problemas típicos das grandes cidades (como violência, congestionamentos, poluição, etc.) e, simultaneamente, uma maior proximidade de amenidades ambientais que possibilitem melhor qualidade de vida, ainda que afastada do local de trabalho.

Nesse debate, o papel dos transportes foi um tema bastante estudado pelos norte-americanos como sendo um elemento estruturador e primordial das cidades-dormitório. A modernização dos meios de transporte desempenhou papel crucial ao possibilitar o aumento das distâncias percorridas e tornar viável que inúmeras pessoas residam a uma distância considerável do seu local de trabalho. No Canadá, o estudo de Holmes (1971), por sua vez, aponta como os serviços de transporte coletivo por ônibus desempenham importante papel no transporte de trabalhadores das siderúrgicas entre Belmont e Toronto e atuando como fator primordial para a manutenção e aumento do fluxo de pessoas entre esses dois municípios. Yapa et al. (1971) destacam, ainda, como a melhoria nos transportes possibilitaram a descentralização industrial e residencial. Esses dois processos seriam forças importantes no atual processo de ocupação do espaço e dos constantes fluxos populacionais verificados principalmente nas regiões metropolitanas.

Ao estudarem a estruturação do espaço metropolitano no estado de Rhode Island, Goldstein e Mayer (1964) destacam a migração de pessoas para outras cidades que não o centro metropolitano devido à descentralização espacial da indústria daquele estado, fenômeno que foi apontado também em nosso país anos mais tarde e dentro de um contexto diferente (Santos, 2005; Correa, 2006).

Enfim, Hughes (1993) salienta que os subúrbios já não servem mais como dormitório, pois estão se transformando em centros de emprego com atividades de consumo, cultura e administração, ocasionada pelo processo de descentralização industrial. Dessa forma, tal transformação leva-nos a um novo pensar

sobre a expansão metropolitana e a configuração de sua forma. Além disso, ressalta que, devido à medição da interação pelos fluxos pendulares, eles clarificam as posições e funções das cidades metropolitanas dentro da região.

Deslocamentos pendulares: problematizando a cidade-dormitório

Na manifestação concreta das “cidades-dormitórios”, seja naquelas relatadas pela bibliografia nacional ou internacional, uma das evidências empíricas que caracterizariam a essência das “cidades-dormitório” é o fato de que essas seriam cidades que possuem importantes contingentes de sua população economicamente ativa trabalhando fora do município. São cidades que tiveram um crescimento populacional acentuado e descompassado em relação ao seu crescimento econômico ou à expansão do seu mercado de trabalho.

Seria possível, portanto, identificar as cidades que poderiam ser consideradas como “dormitório” a partir de um critério elementar que caracterizaria uma situação típica: uma elevada proporção de pessoas que não trabalham no município onde residem. Uma das maneiras de captar empiricamente a dinâmica populacional que configura as chamadas cidades-dormitório é através do Censo Demográfico onde é possível identificar o volume de pessoas que possuem local de residência e de trabalho localizados em municípios distintos e, além disso, o seu perfil socioeconômico.

A partir do Censo poderemos então responder às perguntas: existe uma cidade

dormitório “tipicamente” brasileira? Ou ainda, quem são as pessoas que moram em um município e trabalham/estudam em outro? E em que medida o seu perfil socioeconômico se aproxima do estigma de um morador daquela cidade-dormitório cristalizada no imaginário e na política urbana (cidade periférica, economicamente dependente, com baixas escolaridade e renda)?

Em estudo anterior, Ojima, Silva e Pereira (2007) empreendem o esforço exploratório sobre essas perguntas.³ Utilizando dados dos censos demográficos de 1980 e 2000, os autores buscam contrapor aquelas percepções usualmente presentes sobre as características de uma “típica cidade-dormitório” (como pertencimento a alguma região metropolitana, baixo nível de desenvolvimento, elevado ritmo de crescimento populacional, baixo Produto Interno Bruto – PIB, etc.) àquelas características empiricamente encontradas nos municípios brasileiros segundo a proporção de sua população que realiza deslocamentos pendulares.

As análises indicam que:

(a) existe uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre taxa de crescimento populacional e proporção de deslocamentos pendulares, de certa maneira confirmando a ideia de que cidades-dormitório vivenciam intensos ritmos de crescimento populacional;

(b) existe uma correlação negativa, estaticamente significativa, entre Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e a proporção de deslocamentos pendulares, problematizando a ideia de que cidades-dormitórios seriam eminentemente subdesenvolvidas;

(c) a correlação entre proporção de deslocamentos pendulares e PIB municipal per capita não se apresentou estatisticamente

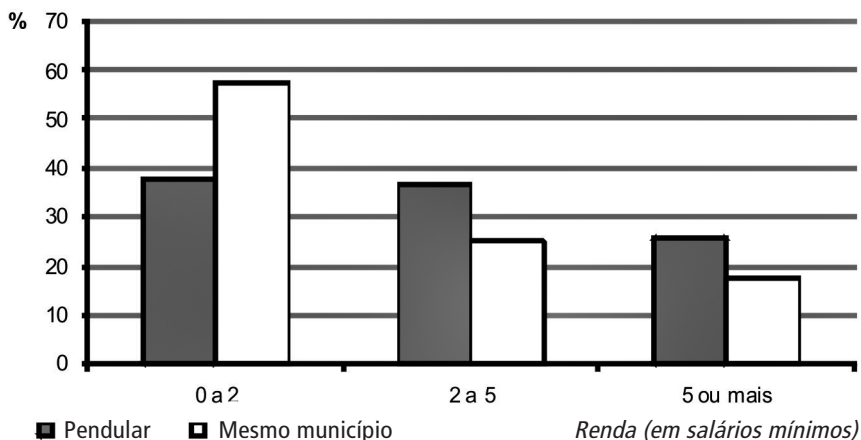
significativa. As evidências encontradas pelas análises contribuem de maneira importante para se relativizar ou, pelo menos, problematizar o uso do termo “cidade-dormitório” de forma a questionar a carga pejorativa que ele carrega consigo.

E quanto ao segundo bloco de perguntas sobre o perfil socioeconômico daquelas pessoas que realizam os deslocamentos pendulares? Inúmeros estudos brasileiros vêm apontando quão heterogêneo é o perfil socioeconômico daquelas pessoas que moram e trabalham em municípios distintos.⁴ O imaginário cristalizado sobre as “cidades-dormitório” (estigmatizadas por características socioeconômicas e de desenvolvimento urbano precário), contudo, não parece passar por uma reconstrução (atualização) acerca das diversas condições reais de desenvolvimento urbano correntes no Brasil nos últimos anos.

Mesmo um rápido diagnóstico das condições de renda e escolaridade daqueles municípios que possuem mais de 20% de sua população residente economicamente ativa trabalhando em outro município (municípios que, por esse critério demográfico, facilmente seriam classificados como “cidades-dormitório”) permite apontar certa incoerência entre as evidências empíricas e o estigma carregado por essas cidades e seus moradores. Afinal, apenas 7,4% dos 5.507 municípios existentes em 2000 se enquadrariam dentro desse critério de cidade-dormitório.

Considerando o nível de renda, ao se comparar a população que trabalha no mesmo município onde reside com aqueles que “contribuem” para a denominação da cidade-dormitório, estes costumam ter maiores rendas individuais e maior escolaridade. O Gráfico 1

Gráfico 1 – Distribuição da população segundo renda (em salários-mínimos) e por situação de pendularidade



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

mostra que, tanto entre as faixas de dois a cinco salários como na de cinco ou mais salários mínimos, a proporção de pessoas que realizam movimentos pendulares é maior do que a daqueles que trabalham no mesmo município onde residem.

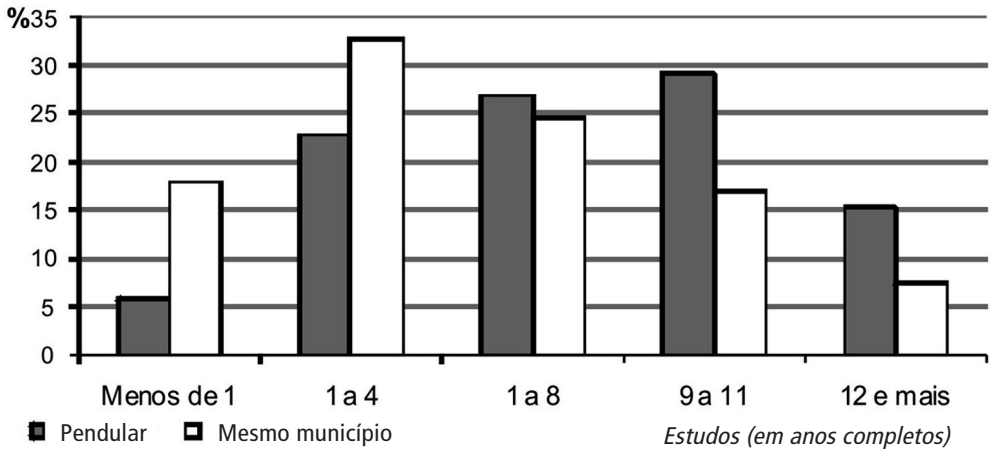
Na literatura internacional, alguns autores, como Renkow e Hoover (2000), também desenvolvem trabalhos indo nessa direção ao apontar que os trabalhadores mais especializados tendem a receber melhores salários e realizarem com mais frequência os movimentos pendulares.

Quando observamos a distribuição da população segundo anos de estudo, podemos notar que também existe uma significativa participação de pessoas mais instruídas entre aquelas que realizam os movimentos pendulares (ver Gráfico 2).

Os dados elucidam a diversidade de contextos urbanos que poderiam ser classificados como “cidades-dormitórios” caso fossem considerados unicamente o critério do grau de pendularidade. Essa pluralidade contribui para uma reflexão crítica acerca da percepção corrente em parte da literatura especializada de uma única periferia urbana (Gottdiener, 1993; Lago, 2000).

Os dados reforçam ainda a ideia de um novo padrão de “cidade-dormitório” presente no estudo de Cunha et al. (2006). Uma cidade-dormitório que, ao invés de abrigar uma população não escolarizada e de baixa remuneração, cidades pequenas e médias sem infraestrutura urbana muito complexa começam a receber uma população de maior renda e qualificação que para ali migra, mas que mantém seus laços cotidianos com a cidade-polo, o

Gráfico 2 – Distribuição da população segundo escolaridade (em anos de estudo) e por situação de pendularidade



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

que explica parte do aumento observado nos últimos anos do número de pessoas que realizam deslocamentos pendulares. Assim, tais “cidades-dormitório” possuem elevado grau de articulação espacial e integração territorial (via conexão com diversos lugares e fluidez), mas baixo grau de interação social e poucos laços de compartilhamento do território. Como se trata de outro processo, oriundo de novas dinâmicas de estruturação e produção do espaço urbano na escala regional, há necessidade de rever o significado do termo “cidade-dormitório” e do estigma a ela associado, atualizando assim o debate sobre o tema.

Neste sentido, porque associamos a ideia de cidade-dormitório àquela da população mais pobre? Talvez seja o imaginário construído em torno da imagem de que o migrante traz consigo a pobreza a construção social de que os

migrantes são responsáveis pela pobreza urbana? Sem adiantar o argumento, uma pista para a resposta a essas perguntas reside no próprio aumento da pobreza e da periferização precária urbana como, sobretudo, entre 1960 e 1970.

Repensando o estigma da cidade-dormitório

A origem do termo estigma vem dos romanos, entre os quais era um sinal externo, corporal, de identificação, demarcando aqueles que tinham aspectos particulares a um grupo como um defeito, fraqueza ou desvantagem. O conceito formal de estigma foi difundido e sistematizado por Erving Goffman, que o fez a partir de uma longa carreira dedicada ao estudo dos

processos que operam por detrás da interação simbólica dos indivíduos e que se concretizou em uma dezena de livros sobre o tema. A obra que consolida formalmente o conceito de estigma (intitulada *Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*) foi originalmente publicada em 1963 e delimita a questão em torno da construção de expectativas (enquanto representações sociais compartilhadas) acerca do desempenho de papéis sociais em situações socialmente definidas (Goffman, 1982).⁵

Embora essas expectativas sociais internalizadas nos indivíduos possuam certo caráter normativo (apontando quais desempenhos seriam ou não socialmente aceitos para determinados papéis em determinados contextos), elas não são refletidas, mas sim baseadas em práticas e papéis sociais subjacentes à ordem da interação face-a-face (Winkin, 1999). O estigma surge quando se descortina a incongruência entre o que se espera do indivíduo (a expectativa proporcionada pela sua identidade virtual) e o que ele realmente é (a sua identidade real).

A estigmatização possui, essencialmente, uma natureza de desqualificação social do estigmatizado por parte dos “normais”, na medida em que a identidade real do indivíduo aponta atributos físicos, morais ou grupais que são negativos àquela expectativa que antes se tinha sobre sua identidade social virtual. O estigma, portanto, não é analisado como um simples “estado” em si, mas sim como um processo histórico de desqualificação social ao longo da própria carreira moral (Goffman, 1999) do indivíduo.

Se, por um lado, a rotulação opera enquanto uma forma de controle social que desvaloriza o estigmatizado categorizando-o como “anormal”, por outro lado, a estigmatização

possui também o caráter de reafirmação da categoria de “normalidade”, daquilo que é bem visto e socialmente desejado. Essa perspectiva se apresenta como uma essência do conceito de “estigma”, ou seja, a noção de que os estigmatizados só existem enquanto conflito com o grupo “normal”. A identificação de uma anormalidade se faz na identificação e reafirmação de uma normalidade desejada socialmente (Goffman 1982; Winkin, 1999).⁶ O próprio estigma, portanto, acaba por produzir grupos sociais “normais” e “anormais” que compartilham determinados signos estabelecendo uma forma específica de identidade a partir do estereótipo.

Aqui nos interessa destacar, particularmente, o compartilhamento do local de residência enquanto um elemento de estigmatização, ou seja, a influência que a representação simbólica sobre determinados espaços físicos exerce sobre a posição social dos atores que ocupam esses espaços. Trata-se do que Wacquant (2007) denomina estigma territorial ou estigmatização territorial.⁷

Embora seja possível identificar afinidades entre a marginalização de guetos estudados pela Escola de Chicago (Park, 1974) e a noção de estigma territorial, esta reforça a ideia de que propriedades simbólicas atribuídas aos espaços se transmitem aos seus moradores. Por um lado, se no campo simbólico os bairros nobres enobrecem os seus habitantes, por outro, os bairros estigmatizados possuem o poder de degradar os seus habitantes.

Subjacente a essa ideia de estigma territorial está a postulação de Bourdieu (1997) de que existiria certa correlação entre as posições ocupadas pelos atores sociais no espaço físico e a posição que ocupam espaço social (as

classes sociais a que pertencem). Wacquant e Bourdieu compartilham da ideia de que há uma relação dupla de mútua influência entre a posição ocupada pelo indivíduo no espaço físico e sua posição ocupada no espaço social. Ou seja, ao mesmo tempo em que a ocupação de determinados bairros por uma classe social desprestigiada pode depreciar as percepções da população sobre aquele bairro, a própria percepção depreciativa que a cidade possui do bairro influencia a maneira como a população se relaciona com seus moradores. Portanto, não existe apenas uma sobreposição entre o estigma territorial e os estigmas da pobreza e da marginalidade, há uma retroalimentação entre eles. A mácula do estigma alija a pessoa da aceitação social por ter sua própria condição humana negada. O indivíduo estigmatizado passa a ser entendido como subumano e incompleto pelo seu defeito.

Ainda que não seja foco do presente artigo, cabe mencionar que os efeitos da estigmatização não são exclusivamente simbólicos. O próprio Goffman já havia alertado sobre suas implicações para o constrangimento de oportunidades e para exclusão social. Em suas palavras:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. (1982, p. 15)

Nesse sentido, os aspectos negativos de um bairro degradado exerceriam influência sobre a atitude e o comportamento das pessoas em geral (como empregadores, políticos, agentes públicos, prestadores de serviços, etc.) em

relação aos moradores daquele bairro. Como efeitos dessa estigmatização territorial, o fato de morar em determinados bairros se colocaria enquanto um obstáculo adicional para se conseguir um emprego.⁸

No prefácio de seu livro, Goffman simplifica a ideia de estigma enquanto a “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (1982, p. 7), o que suscita indagar: qual a origem do estigma que recai sobre as cidades-dormitório? Que propriedades degradantes essas cidades teriam para que lhes fosse conferida essa mácula?

Pensar o morador da cidade-dormitório como alguém estigmatizado passa, em primeiro lugar, por retomar a dimensão espacial do estigma. Se o estigma está no corpo, na conduta ou na classe social, conforme análise de Goffman, ela também tem de estar nos lugares das pessoas e nas suas paisagens. Assim como projetam imagens e representações, os lugares podem ostentar sinais que os diferenciam no contexto do espaço, não tendo aceitação social plena. As paisagens e os lugares são intencional e socialmente produzidos; possuem qualificativos que os singularizam ou os identificam: paisagens do medo, amáveis, saudosas, terríveis, tenebrosas, medonhas, feias, agradáveis (Tuan, 2005). A paisagem é a expressão da relação sociedade-natureza num determinado tempo-espaço, e por isso nela estão, tanto quanto no lugar, materializados os sentidos, os tempos e os significados sociais e culturais (Claval, 2004). Por outro lado, as pessoas são os seus lugares, no mesmo sentido que os lugares são as suas pessoas (Casey, 1993; Bourdieu, 1997; Wacquant, 2007). Assim como fazer parte de um grupo identitário traz consigo seu estigma, morar ou estar associado a um lugar

estigmatizado traz sobre a pessoa o mesmo estigma de seu lugar.

É importante ter em mente essa associação direta, visceral, pois ela não se processa apenas no campo das representações sociais; ela se concretiza em experiências cotidianas no mundo da vida (Schutz, 1979). Se queremos pensar a constituição ou não de uma estigmatização de pessoas que moram em determinados lugares, é importante ter em mente a dimensão intersubjetiva dessas construções e as mediações sociais que passam pela construção de identidades territoriais e de suas fronteiras, resistências, impedimentos e autocontroles. Tais mecanismos, estudados por Goffman como o controle da informação (e o controle da identidade virtual) e o alinhamento grupal têm um viés espacial cujo entendimento se faz necessário.

Isso é evidente na construção da ideia de cidade-dormitório. A história urbana é uma história de segregações, de controle e de seletividade territorial. Os lugares com amenidades ou privilegiados sempre estiveram à disposição (ou foram tomados) por aqueles que tinham meios de espacializar seu poder, o que, em certo sentido, desloca a dimensão da cidade-dormitório do tempo presente para a própria essência da cidade (Villaça, 1998; Bourdieu, 1997). A noção básica por detrás dessa ideia de cidade-dormitório e, em alguma medida da noção de subúrbio (embora em contextos espaço-temporais distintos), é a da não-cidade que, por não ser uma cidade plena, recebe um adjetivo que a desqualifica enquanto uma cidade incompleta tendo uma única função: a moradia. Por isso a ideia de subúrbio está no mesmo horizonte: o sub é o prefixo da incompletude, que transmite a noção de cidade-de-menos, alijada de ser

uma cidade plena, é apenas uma subcidade, uma quase-cidade (Tuan, 1980).

Essa noção de subúrbio surgiu na era moderna, na Inglaterra do século XVIII, quando a Revolução Industrial tornou a cidade um lugar topofóbico, poluído, com ambiente hostil, insalubre, fedido, com massas de trabalhadores pobres apinhados em residências de igual estado. As elites que tiveram condições de sair da cidade, assim o fizeram, pois talvez pior que o espaço físico hostil, o era o espaço social, perigoso, opressivo e desagradável. Mas essa fuga da cidade não foi um retorno à Inglaterra agrária, mas tão somente às virtudes do campo e da natureza que permaneceram cuidadosamente preservadas na memória e no imaginário ocidental, até hoje (Thomas, 1998).

Quando as cidades são vistas como paradigmas cósmicos ou centros de civilidade e liberdade, viver longe delas – nos subúrbios – é estar fora dos limites, é estar em uma zona intermédica onde os homens não podem alcançar a sua plena humanidade. Por outro lado, quando as cidades são descritas como abominações, “antros de iniquidade”, os subúrbios adquirem um brilho romântico, quando não sagrado. (Tuan, 1980, p. 261)

Tuan (1980, 2005), Mumford (1998) e Williams (1989), entre outros autores, discorrem sobre esse processo de amor e ódio à cidade que se sucedeu e se modificou ao longo da história ocidental. No entanto, é importante notar que o sentido da negação é sempre o mesmo: fugir das mazelas e dos perigos, mas manter-se urbano, atrelado à cidade. A ideia dos subúrbios é exatamente esta: deixar a cidade, mas ficar numa cidade diminuída que, além de manter aspectos da civilidade e urbanidade,

permite a conexão e acesso à cidade sempre que necessário. Foi assim como os primeiros subúrbios ingleses, baseados nos trens no século XVIII, com os subúrbios americanos no início do século XX com os automóveis, e com as cidades-dormitório brasileiras (e latino-americanas) a partir dos anos 1970, com os automóveis e com o transporte público de massa. Em qualquer um desses casos, o princípio é negar a cidade, mas mantê-la ao alcance, e isto só se tornou possível com o desenvolvimento dos sistemas de transporte e de comunicação (Ascher, 1998).

Talvez uma lacuna pouco desenvolvida de nossa literatura é encarar a “periferização” ou a “suburbanização” brasileira, corriqueiramente associada ao surgimento das cidades-dormitório, como um processo que atinge primeiramente os mais pobres. A história mostra que esse processo, assim como toda a produção do espaço urbano, é comandado pelas elites (Villaça, 1998). Elas são as primeiras a saírem das cidades e construir os subúrbios ricos. As classes médias seguem as primeiras e só mais tarde as classes mais baixas conseguem, também elas, construir seus subúrbios. É tão nítida a diferença entre tais fenômenos que comumente não se encara como sendo o mesmo processo, muitas vezes devido à sua complexidade. Os vastos bairros residenciais operários de casas similares (quando não idênticas) afastados dos poluídos centros industriais urbanos aparecem já na Inglaterra do século XIX, compondo o conjunto de ganhos sociais que as classes trabalhadoras conseguem gradativamente por meio de programas habitacionais (?), incluindo ao longo do século XX o automóvel individual e a possibilidade também deixar a cidade (Tuan, 1980). Tal produção do espaço, embora esteja dentro da

mesma orientação daquela do subúrbio rico, é direcionada a locais menos conectados ou valorizados, construindo assim vários subúrbios, várias periferias, várias esferas.

Quando se fala, no Brasil, de uma nova periferia e de uma nova forma de produção do espaço urbano que se contrapõem ao modelo clássico centro-periferia, na verdade, se está a falar da modificação da lente dos cientistas que acompanham o processo. Assim, num primeiro momento, aquele elevado grau de desigualdade espacial na distribuição da população pobre (segregada nas periferias) e das atividades econômicas e de infraestrutura básica (concentradas nos centros)

[...] foram as bases empíricas para que a perspectiva dual predominasse nos estudos sobre segregação urbana nos anos 70 e 80, embora o núcleo e a periferia nunca tenham se constituído em espaço socialmente homogêneos. (Lago, 2000, p. 15)

Num segundo momento, as recentes transformações nas dinâmicas metropolitanas acirram a necessidade de se rever o modelo dual (de centro-periferia) adotado nas análises espaciais mais tradicionais (Gottdiener, 1993). Tal modelo sempre existiu em um nível teórico de análise, embora alguns estudos apontem que, empiricamente, com um viés ideológico muito acentuado, não possuindo respaldo na história nem nas principais teorias da morfologia urbana. Pode-se então dizer que há um estigma contra quem mora nas chamadas cidades-dormitório? Se sim, como se construiu esse estigma?

A questão está amarrada justamente à origem do termo: cidade-dormitório no Brasil foi a alcunha dada a cidades em contextos metropolitanos que mantinham dependência

(serviços, cultura, economia, lazer, educação) das sedes metropolitanas. Seriam consideradas cidades incompletas, que não teriam a capacidade de fornecer a seus cidadãos o básico que, por este motivo, têm de buscar a satisfação de suas necessidades em outra cidade. Seriam subcidades (subúrbios no sentido lato do termo), cidades incompletas e seus habitantes subpessoas, subcidadãos, subcidadinos. O ponto central dessa discussão, no entanto, não é a formação dos subúrbios nem a dependência entre as cidades nem a rede de hierarquia urbana. A questão que permite entender essa estigmatização é a modernidade brasileira e nossa visão desenvolvimentista do progresso associado ao urbano e à indústria.

O sentido histórico do subúrbio apontado na bibliografia internacional, que é o mesmo que agora aflora para o senso comum (e para a academia) acerca dos condomínios fechados no Brasil, é o da não-cidade intencional. A incompletude é proposital para garantir as amenidades e as virtudes associadas ao imaginário da natureza e às condições de saúde e comunidade (Tuan, 1980). No caso das cidades-dormitório, seu sentido histórico cristalizado no imaginário urbano brasileiro aponta no sentido de uma privação involuntária, não necessariamente planejada, tornando-se ela um estigma da sub-habitação e da subcidadania.

O Brasil dos anos 1970 ainda busca no crescimento econômico de base industrial alcançar ganhos econômicos e sociais. É com base num modelo de modernidade desenvolvimentista que as cidades pautaram seus próprios crescimentos. O tamanho da população, a quantidade de indústrias, o número de edifícios altos nos centros comerciais serviam

(e servem) simbolicamente como medidas de desenvolvimento expressos no orgulho dos cidadãos. Uma cidade que não produzia, mas que tão somente fornecia mão de obra para outras era vista como uma cidade menor, uma subcidade, que não tinha ela mesma os meios de produzir e assim se desenvolver. Essa visão da modernidade urbano-industrial – enquanto padrão de normalidade urbana no Brasil dos anos 1950 a 1980 – é uma das fontes do estigma sobre uma cidade que tivesse apenas a função residencial.

Outra fonte para o estigma construído em torno das cidades-dormitórios no país é a própria pobreza associada às periferias metropolitanas que foram se formando ao longo do acelerado processo de urbanização vivenciado no Brasil entre as décadas de 1940 e 1980. Como muitas daquelas periferias constituíam de fato áreas socialmente excluídas (com precárias condições de assentamento e de acesso à infraestrutura e serviços públicos) e desempenhando função de dormitório, sua própria consolidação enquanto cidade reforçou a associação entre pobreza e cidade-dormitório. E essa associação foi reforçada a tal ponto que raramente se observam cidades e bairros (como Alphaville em São Paulo, por exemplo) com elevada pendularidade onde residem pessoas de elevada escolaridade e renda serem consideradas cidades-dormitório.

Há uma sobreposição de estigmas ou, talvez, um ocultamento de um estigma pelo outro, em que o verdadeiro sinal indesejável seja aquele da pobreza, do migrante, do diferente que não eu, que é sub-humano vivendo uma subvida em uma subcidade. A força desta exclusão é a principal razão do descompasso do significado cultural no Brasil da ideia de

subúrbio com a construção da ideia na Europa e nos Estados Unidos, estando colado o estigma da pobreza ao estigma da cidade-dormitório, e vice-versa, o que não acontece nesses outros países.

O que temos hoje, portanto, é uma espécie de ajustamento histórico do caso brasileiro a um contexto mais amplo do processo de suburbanização. Todos os extratos sociais, hoje, aprenderam a lidar com a distância e com a possibilidade de fugir da cidade. As cidades não desejam, necessariamente, ter um, dois ou três milhões de habitantes. Várias cidades procuram controlar seu uso do solo, evitando um crescimento populacional muito acentuado.

As indústrias, principalmente as sujas, não são mais bem vistas, muito menos como promotoras de desenvolvimento. Várias cidades têm optado pelo turismo, prestação de serviços ou outras atividades que lhe garantem receita sem mudar seu caráter ou dimensão. E mesmo aquelas que nos anos 1970 e 1980 eram chamadas de cidades-dormitório, na verdade, vemos hoje que apenas apresentam um grande fluxo de pendularidade, o que não implica que sua única função ou sua principal função seja a residencial.

Cidades que poderiam ser tomadas como exemplos da ideia de cidade-dormitório, com a descentralização e involução metropolitana, desenvolveram serviços e atividades que apontam para um modelo de urbanização e de metropolização menos concentrado, onde a sede da região tem seu peso relativo muito menor do que se viu durante a industrialização. A heterogeneidade e complexidade das redes e formas urbanas mudaram tais relações, o que torna o uso do termo cidade-dormitório academicamente impreciso.

A ideia de um lugar exclusivamente residencial já é aceitável socialmente, e se ainda persiste o estigma é justamente porque seu principal componente não é o de pendular ou de morar longe, mas é justamente a pobreza e o ser migrante que estão fazendo permanecer o estigma. Utilizar tal ideia, portanto, é uma forma de reificar uma iniquidade social que alija as pessoas de sua condição humana e social, retirando até de seus lugares a dignidade e o respeito.

Nas fronteiras da cidade

Espera-se que tenha ficado claro ao longo do texto que a classificação de uma cidade enquanto "cidade-dormitório" no Brasil tem sido historicamente baseada num modelo de modernidade tipicamente industrial e desenvolvimentista. E espera-se também ter ficado claro como essa classificação de "cidade-dormitório" constitui uma manifestação de estigma territorial (Goffman, 1982; Wacquant, 2007).

As análises empíricas sobre a realidade das cidades brasileiras que possuem pelo menos 20% de sua população ocupada realizando deslocamentos pendulares no ano de 2000 apontam novos contextos urbanos em que o aumento das proporções de movimentos pendulares não está necessariamente associado a uma precarização socioeconômica e urbana, tornado necessário repensar a formação histórica e econômica dessas cidades, bem como sua rede de interações espaciais regionais.

Esse fenômeno destaca ainda o fato de que esse novo padrão de cidade-dormitório (Cunha et al., 2006) se diferenciam muito

daquelas típicas áreas periféricas dos anos 1960 e 1970 apontadas por parte da literatura brasileira. Não se trata simplesmente de áreas socialmente excluídas onde a infraestrutura está ausente e a população do município-sede se refugia, (repelida) impelida pelo processo de periferização via especulação imobiliária. Existe uma diversidade de situações que merecem ser avaliadas, sobretudo nos casos em que todos os indicadores apontam para áreas de melhores condições de vida e de dinamismo econômico.

O que parece importante é reconhecer que a “periferia” das grandes cidades brasileiras tem se tornado cada vez mais heterogênea e plural, e que o uso do termo “cidade-dormitório” não tem contribuído para explicitar essa diversidade de situações. Ao contrário, a classificação por critérios não técnicos de algumas cidades e não de outras enquanto cidade-dormitório apenas contribui para reforçar a retroalimentação entre os estigmas da pobreza e do território.

É importante destacar, portanto, que a compreensão acerca das cidades-dormitório não seja reduzida à questão da expansão

urbana e ao processo de periferização da população de baixa renda. Em algumas regiões, por exemplo, embora sejam identificados processos clássicos de regionalização e polarização, não se trata de municípios em que o processo de expansão urbana se deu unicamente através de conurbação ou mesmo de um crescimento da mancha urbanizada do município-sede em direção às suas “periferias”.

Enfim, essa discussão ainda é carente de estudos sistemáticos. Embora o emprego do termo cidade-dormitório seja antigo no Brasil, pouco se desenvolveu para efetivamente caracterizar e verificar se esse uso era válido. Um estudo de casos típicos poderia trazer mais elementos e permitiria identificar algumas novas evidências (Ojima, Pereira e Silva, 2008). O entendimento das dinâmicas imobiliárias e demográficas, do processo de expansão urbana e das características dos setores da economia que moldam essas regiões poderia trazer elementos importantes para reconhecer os desafios do planejamento urbano e regional, evitando a conveniência de se simplificar parte dos interesses políticos, sociais e econômicos apenas sob a noção de “cidade-dormitório”.

Ricardo Ojima

Demógrafo. Núcleo de Estudos de População/Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil.

ojima@nepo.unicamp.br

Eduardo Marandola Jr.

Geógrafo. Núcleo de Estudos de População/Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil.

eduardom@nepo.unicamp.br

Rafael Henrique Moraes Pereira

Sociólogo. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, Distrito Federal, Brasil.

rafaelmoraeshp@yahoo.com.br

Robson Bonifácio da Silva

Geógrafo. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, Brasil.

rbonisilva@yahoo.com.br

Notas

- (*) Uma primeira versão deste artigo foi apresentada durante o 32º Encontro Anual da ANPOCS, no Grupo de Trabalho “A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto”, em Caxambu, em 2008. Este estudo foi desenvolvido no âmbito do projeto: “As dimensões humanas das mudanças ambientais globais, seus impactos e consequências na urbanização contemporânea: novos paradigmas para as ciências sociais?” (Edital MCT/CNPq 03/2008 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas; 400303/2008-6).
- (1) Tais feições da cidade-dormitório no contexto de outros países podem ser percebidas, por exemplo, em alguns estudos como os de Goldstein e Mayer (1964) e Goldstein e Goldstein (1984).
- (2) Segundo o IBGE (2003), deslocamentos pendulares compreendem aqueles deslocamentos que as pessoas realizam entre suas residências e seus respectivos locais de trabalho/estudo quando estes se encontram localizados em municípios distintos. Segundo Beaujeu-Garnier (1974), o nome “pendular” se relaciona ao vai e vem do movimento entre os dois municípios, semelhante à oscilação de um pêndulo.
- (3) Após breve discussão metodológica, os autores assumem que seria um recorte razoável para inclusão de um município na classe de “cidade-dormitório” caso ele possua pelo menos 20% de sua população residente economicamente ativa trabalhando em outro município, ou seja, realizando deslocamentos pendulares.
- (4) Ver, por exemplo, os estudos de Antico (2003), Cunha e Miglioranza (2006); Ervatti e Jardim (2006) e os estudos de Sobreira (2005 e 2007).

- (5) O estudo de Link e Phelan (2001) é muito elucidativo da heterogeneidade conceitual ao redor da noção de estigma. Segundo os autores, essa diversidade se deve, dentre outros fatores, pelo (1) caráter multidisciplinar desse conceito (apropriado por psicólogos, geógrafos de cientistas sociais em geral), e pela (2) aplicação desse conceito a uma grande variedade de circunstâncias (doenças mentais, gênero, raça, etnia, nacionalidade, doenças, etc.) sob diferentes abordagens e ênfases. Apesar de uma grande diversidade de abordagens, e mesmo de definições conceituais, o presente estudo se esforça para que o conceito de estigma aqui utilizado se aproxime ao máximo daquele sentido teorizado por Goffman (presente em suas obras de 1982 e 1999) e analisados por Winkin (1999).
- (6) Segundo Link e Phelan (2001), a cristalização de um estigma poderia ser decomposta em quatro diferentes componentes inter-relacionados entre si, quais sejam: (1) distinção e rotulação de um desempenho “inadequado” de um papel social; (2) a associação dessas diferenças/incongruências a atributos depreciativos; (3) a separação do “nós normais” e “eles anormais”; e (4) perda de status e discriminação onde relações assimétricas de poder estão presentes.
- (7) Segundo Goffman (1982), haveria três tipos de estigma: estigmas relacionados ao corpo (deformidades físicas), aqueles relacionados a culpas de caráter (vícios, crenças, paixões) e os estigmas tribais (raça, nação, religião). Dentro desse “catálogo”, Goffman não menciona, contudo, alguma dimensão territorial do estigma. Nesse sentido, são úteis as reflexões presentes no estudo de Wacquant (2007). Essa dimensão territorial do estigma também se encontra presente nos estudos de Barbio (2006) e Gourlay (2007).
- (8) Syrett (2008) apresenta uma revisão da literatura que discute os chamados *Area effects* ou *neighbourhood effects*, conceitos que se debruçam sobre a dimensão territorial por detrás do estigma/discriminação e seus efeitos. Outros autores que também alertam sobre os efeitos não simbólicos da estigmatização territorial são Barbio (2006), Kaztman e Wormald (2002), Kaztman (2006), Gourlay (2007) ou mesmo os estudos revisados por Link e Phelan (2001).

Referências

- ÂNTICO, C. (2003). *Onde morar e onde trabalhar: espaço e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- ASCHER, F. (1998). *Metapolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras, Celta.
- BAENINGER, R. A. (1999). Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Belo Horizonte, ABEP, v. 15.
- BARBIO, L. P. da C. (2006). Representações sociais e estratégias de vida em espaços urbanos degradados. *Forum Sociológico* 15/16 II Série 2006 pp. 227-241.
- BEAUJEU-GARNIER, J. (1974). *Geografia de população*. São Paulo, Nacional.
- BLUMENFELD, H. (1949). On the Growth of Metropolitan Areas. *Social Forces*, v. 28, n. 1, pp. 59-64.
- _____ (1964). The Urban Pattern. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 352, pp. 74-83.

- BOURDIEU, P. (1997). "Efeitos do lugar". In: BOURDIEU, P. (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes.
- CANO, W. (1988). Questão Regional e Urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte, ABEP, pp. 67-99.
- CASEY, E. S. (1993). *Getting back into place: toward a renewed understanding of the place-world (studies in continental thought)*. Indiana, Indiana University Press.
- CLAVAL, P. (2004). "A paisagem dos geógrafos". In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- CORREA, R. L. A. (2006). *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CUNHA, J. M. P. e MIGLIORANZA, E. (2006). "Valinhos: um novo padrão de cidade-dormitório?" In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, Nepo/Unicamp.
- ERVATTI, L. R. e JARDIM, A. de P. (2006). Migração pendular intrametropolitana no Rio de Janeiro: a condição de renda das pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência em 1980 e 2000. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15. Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte, ABEP.
- GOFFMAN, E. (1982). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____ (1999). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva.
- GOLDSTEIN, G. S. e MOSES, L. N. (1975). Transportation Controls and the Spatial Structure of Urban Areas. *The American Economic Review*, v. 65, n. 2, Papers and Proceedings of the Eighty-seventh Annual Meeting of the American Economic Association, pp. 289-294.
- GOLDSTEIN, S. e GOLDSTEIN, A. (1984). Population Movement, Labor Force Absorption, and Urbanization in China. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 476, China in Transition, pp. 90-110.
- GOLDSTEIN, S. e MAYER, K. (1964). Migration and the Journey to Work. *Social Forces*, v. 42, n. 4, pp. 472-481.
- GOTTDIENER, M. (1993). *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Edusp.
- GOURLAY, G. (2007). 'It's got a bad name and it sticks...' Approaching stigma as a distinct focus of neighbourhood regeneration initiatives. Trabalho apresentado na EURA Conference – The Vital City – 12-14 September 2007, Glasgow.
- HOLMES, J. H. (1971). External Commuting As a Prelude to Suburbanization. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 61, n. 4, pp. 774-790.
- HUGHES, H. L. (1993). Metropolitan Structure and the Suburban Hierarchy. *American Sociological Review*, v. 58, n. 3, pp. 417-433.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2003). Censo demográfico 2000: Migração e deslocamento. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 1 CD-Rom p. 4 3/4 pol. ISBN 1676-4935.

- KAZTMAN, R. (2006). Spatial segregation and the hardening of poverty. Serie Documentos de Trabajo del IPES/Colección Aportes Conceptuales n. 5.
- KAZTMAN, R. e WORMALD, G. (2002). *Trabajo y ciudadanía. Los cambiantes rostros de la integración y la exclusión social en cuatro áreas metropolitanas de A.L.* Montevideo, Edición de los autores.
- LAGO, L. (2000). *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro, Revan/Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal.
- LINK, B. G. e PHELAN, J. C. (2001). Conceptualizing Stigma. *Annual Review of Sociology*, v. 27, pp. 363-385.
- MUMFORD, L. (1998). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo, Martins Fontes.
- OJIMA, R.; SILVA, R. B. e PEREIRA, R. H. (2007). A mobilidade pendular na definição das cidades-dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, IPPUR. v. 21, n. 2.
- _____ (2008). A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório: caracterização socio-demográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. ABEP: Campinas. *Anais...* Caxambu – MG.
- PARK, R. E. (1974). “A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- RENKOW, M. e HOOVER, D. M. (2000). Commuting, migration, and rural-urban population dynamics. *Journal of Regional Science*, v. 40, n. 2, pp. 261-287.
- SANTOS, M. (2005). *A urbanização brasileira*. 5 ed. São Paulo, Edusp.
- SCHNORE, L. F. (1957). Satellites and suburbs. *Social Forces*, v. 36, n. 2, pp. 121-127.
- _____ (1963). The social and economic characteristics of american suburbs. *The Sociological Quarterly*, v. 4, n. 2, pp. 122-134.
- SCHUTZ, A. (1979). *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SOBREIRA, D. P. (2005). Subsídios para o estudo dos deslocamentos pendulares nas Regiões Metropolitanas Paulistas: São Paulo, Campinas e Baixada Santista. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 4. Rio de Janeiro. *Anais...* Belo Horizonte, ABEP.
- _____ (2007). *A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- SYRETT, S. (2008). *Area Effects – A Review of the Evidence*. Prepared for the Department of Communities and Local Government. Disponível em: http://www.ljmu.ac.uk/EIUA/EIUA_Docs/Area_Effects_Syrett.pdf
- THOMAS, K. (1998). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo, Cia. das Letras.
- TUAN, Yi-Fu. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, Difel.
- _____ (2005). *Paisagens do medo*. São Paulo, Editora da Unesp.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo, Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute.

- WACQUANT, L. (2007). Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. *Thesis Eleven*, n. 91, pp. 66-77.
- WILLIAMS, R. (1989). *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo, Cia. das Letras.
- WINKIN, Y. (org.) (1999). *Os momentos e seus Homens*. Lisboa, Relógio D'água.
- YAPA, L. et al. (1971). Interdependencies of Commuting, Migration, and Job Site Relocation. *Economic Geography*, v. 47, n. 1, pp. 59-72.

Texto recebido em 18/jan/2010
Texto aprovado em 4/maio/2010

